



POLÍTICAS PÚBLICAS/ Novo programa une os governos federais, estaduais e municipais em ações conjuntas focadas nos primeiros seis anos da criança, começando ainda na gestação. Objetivo é combater desigualdades nesse período

O cuidado da primeira infância para toda a vida

» FERNANDA STRICKLAND

O governo federal instituiu, ontem, oficialmente, a Política Nacional Integrada da Primeira Infância (Pnipi), com a publicação do decreto que estabelece um novo marco para a proteção e o desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos no Brasil. Coordenada pelo Ministério da Educação, a Pnipi propõe uma articulação intersectorial entre União, estados e municípios para garantir os direitos da primeira infância de forma integrada e com foco na equidade.

A iniciativa surge com o objetivo de fortalecer e coordenar ações nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultura, direitos humanos, justiça, habitação, igualdade racial e outras, considerando as múltiplas dimensões que impactam o desenvolvimento infantil.

Entre os princípios da Pnipi, estão o respeito à diversidade, a promoção da equidade, a redução de desigualdades no acesso a serviços públicos e a priorização de crianças em situação de vulnerabilidade. A política também reconhece a interdependência entre o bem-estar da criança e de seus cuidadores, incentivando a oferta simultânea de serviços para ambos.

O decreto também instituiu uma Estratégia de Monitoramento e Avaliação da política, com indicadores que permitirão acompanhar os avanços no desenvolvimento infantil e identificar desafios. Esses dados serão desagregados por região, raça, deficiência e condição socioeconômica e deverão respeitar as normas de proteção de dados pessoais.

Outro ponto importante da nova política é a criação de um indicador

nacional sintético, que permitirá mensurar, periodicamente, a evolução do desenvolvimento integral da primeira infância, levando em conta aspectos como nutrição, saúde, educação e proteção social.

A implementação da Pnipi seguirá um plano de ação estratégico quadrienal, a ser elaborado em conjunto pelos ministérios responsáveis pelos eixos da política. Excepcionalmente, o primeiro plano terá validade de dois anos. O Ministério do Planejamento e Orçamento deverá divulgar, anualmente, a execução financeira das ações voltadas à primeira infância.

Nova fase

A Pnipi substitui decretos anteriores (Nº 10.770/2021 e nº 12.083/2024) e estabelece um novo patamar de integração e eficiência nas políticas públicas para a infância. Ao promover uma abordagem transversal e centrada na criança, o governo busca garantir o direito ao desenvolvimento pleno já nos primeiros anos de vida.

Especialistas e organizações da sociedade civil têm avaliado o decreto como um avanço fundamental para o país, destacando que investir na primeira infância é essencial para o futuro do Brasil.

A nova política já está em vigor e será acompanhada por ações contínuas de monitoramento, cooperação federativa e mobilização social para assegurar sua efetividade em todo o território nacional.

Segundo Mariana Luz, CEO da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, a medida representa um “marco histórico” para o país. “Ao

Cinco eixos estruturantes

A PNIPI está organizada em cinco grandes eixos, cada um sob a responsabilidade de um ministério:

- Viver com direitos, coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, garante proteção contra abusos e discriminação.
- Viver com educação, coordenado pelo Ministério da Educação, assegura o acesso à educação infantil de qualidade.
- Viver com saúde, sob responsabilidade do Ministério da Saúde, garante o cuidado integral à saúde das crianças.
- Viver com dignidade, liderado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, foca na proteção social e no apoio às famílias.
- Integração de informações e comunicação com as famílias, coordenado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, busca melhorar o acesso das famílias a informações e serviços.

Fonte: Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNIPI)

adotar e lançar a política nacional integrada pela primeira infância, o Brasil escolhe combater as desigualdades desde a sua causa raiz. Escolhe o investimento mais eficiente que existe, que tem



o potencial de quebrar os ciclos de pobreza: o investimento no início da vida”, afirmou.

A política passa a ser coordenada pelo Ministério da Educação (MEC), o que também foi considerado um

avanço importante. Mariana destacou a liderança do ministro Camilo Santana, que já possui experiência na implementação de programas voltados à infância durante seus dois mandatos como governador

do Ceará. “Isso é muito animador, porque é preciso tanto vontade política como experiência para implementar”, pontuou.

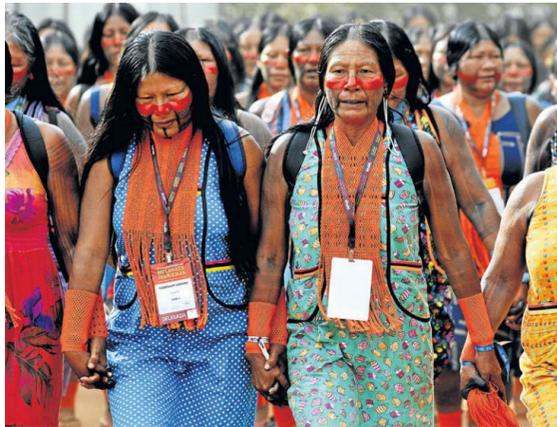
O documento estabelece diretrizes que vêm sendo construídas desde a criação do Grupo de Trabalho da Primeira Infância no Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselho. Essas diretrizes foram formalizadas em um relatório e, posteriormente, em um primeiro decreto, no ano passado, culminando agora na consolidação da política integrada.

Além de priorizar ações intersectoriais — envolvendo saúde, educação, assistência social e direitos humanos —, a política tem foco especial nas crianças em situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas pertencentes a famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único (CadÚnico). Para Mariana Luz, é essencial que essa agenda contemple as mães que vivem sob estresse e ansiedade provocados pela pobreza, fatores que impactam diretamente o desenvolvimento das crianças.

“O mais importante vai ser manter esse compromisso como valor permanente do governo federal: trazer o Legislativo, o Judiciário, os órgãos de controle e toda a sociedade para garantir que a política seja, de fato, de todos”, enfatizou.

Ela também defendeu a necessidade de um pacto federativo efetivo, que una esforços dos governos estaduais e municipais na implementação das ações previstas. “A gente celebra esse dia, mas começa amanhã já cobrando que essa agenda da primeira infância se mantenha no topo das prioridades.”

Carlos Vieira/CB/DA-Press



Mais de cinco mil indígenas farão a marcha à Esplanada, amanhã

Mulheres indígenas debatem suas lutas

» IAGO MAC CORD*

Aproximadamente cinco mil mulheres indígenas de diversos biomas brasileiros participam da 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas, em Brasília. O evento ocorre no Complexo Cultural Funaarte, com o tema “Mulheres Guardiãs do Planeta pela Cura da Terra”.

A conferência é considerada um marco nas políticas públicas brasileiras, representando um espaço inédito para diálogo direto com o Estado. Um dos principais objetivos é construir o Plano Nacional de Políticas para Mulheres

Indígenas sob a perspectiva de enfrentamento às violências.

A abertura da conferência, ontem, contou com a participação de cinco ministras de Estado: Sônia Guajajara, dos Povos Indígenas; Marina Silva, do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Márcia Lopes, das Mulheres; Margareth Menezes, da Cultura; e Macaé Evaristo, dos Direitos Humanos e Cidadania. Elas discursaram sobre esforços e políticas de proteção às mulheres indígenas.

Sônia Guajajara defendeu a resistência das mulheres, afirmando que é dever do Estado desenvolver políticas públicas de proteção. A ministra

também criticou o Projeto de Lei (PL) 2.159/21, conhecido como PL da Devastação, que flexibiliza o licenciamento ambiental e, segundo ela, fragilizará a luta indígena. A ministra também mencionou outras ameaças legislativas, como o PDL 717 e o marco temporal, que dificultam a demarcação de terras indígenas e violam direitos constitucionais.

Marina Silva destacou que o governo federal promoveu a desinstituição de invasores em oito terras indígenas nos últimos dois anos. Ela reconheceu o grande desafio ambiental e afirmou que “aquelas que menos destruíram são as mais prejudicadas”,

referindo-se às mulheres indígenas.

A ministra defendeu políticas públicas para garantir o estilo de vida indígena e criticou líderes estrangeiros que não apoiam ações ambientais brasileiras, bem como o ex-presidente Jair Bolsonaro por ser contrário às demarcações de terras indígenas.

A conferência termina amanhã, com a IV Marcha das Mulheres Indígenas, rumo à Esplanada dos Ministérios. Haverá a entrega da “Carta dos Corpos-Territórios em Defesa da Vida” ao Congresso Nacional.

* Estagiário sob a supervisão de Edla Lula



ALEXANDRE GARCIA

A LEI MAGNITSKY NÃO VAI CORRIGIR A CRISE DE ERROS INSTITUCIONAIS, PORQUE ISSO CABE AOS BRASILEIROS; MAS SACUDIU DE TAL FORMA AS RESPONSABILIDADES E OS BRIOS, QUE ATÉ O MEDO IMPOSTO PELAS PRISÕES POLÍTICAS FOI VARRIDO PELO VENTO NORTE E O POVO SAIU ÀS RUAS NO DOMINGO EM QUASE TODAS AS CIDADES

O feitiço contra o feiticeiro

A Lei Magnitsky disparou em Brasília uma desenfreada sina que confirma a sabedoria da voz do povo de que “aqui se faz, aqui se paga”. E com a mesma moeda. Contra a aplicação da Lei e a suspensão dos vistos, não há a quem recorrer, a não ser a quem as aplicou. Tal como sentem os que deveriam estar na primeira instância da Justiça e foram incluídos em inquérito na última instância, à revelia da cláusula pétreia que exige o juízo natural. E quando a Magnitsky se mostra apta a se estender à família do

sancionado, não há como não lembrar a ameaça ao TC Mauro Cid, de que se não falasse, o inquérito atingiria seu pai, sua mulher, sua filha maior. Na Magnitsky não houve devido processo legal nem o amplo direito de defesa; o Departamento de Tesouro e o de Estado fizeram os inquéritos e aplicaram as penas. Aqui, cumprem um rito, misturando polícia, promotoria e juiz — com o mesmo resultado. Em ambos os países, o motivo é político. Um, defende a liberdade de expressão; o outro, diz ter

salvado a democracia, embora tenha afogado a Constituição nas águas do arbítrio.

A lei, sancionada por Obama, foi motivada pelo advogado russo Sergei Magnitsky, que foi preso, torturado e morreu na prisão. Serve para punir estrangeiros que fazem perseguições semelhantes. Aqui, o advogado Filipe Martins foi preso e posto em solitária para arrancar dele delação que justificasse acusar Bolsonaro de golpista. Resistiu. Sofrendo pressão que Gilmar Mendes, há dois anos, chamou

de “tortura”, Mauro Cid assinou colaboração premiada. Daniel Silveira está sendo tratado igual a um refém do Hamas. E, como Sergei, Clezão morreu na prisão, a despeito de pedidos da Procuradoria para ser tratado em casa. Sergei Magnitsky denunciou corrupção no regime de Putin; aqui, são presos ou estão com tornazeira os que criticam a apuração de eleições ou o “inquérito do fim do mundo”. Temos, pois, aqui, semelhanças a nos mostrar o porquê da aplicação da lei em autoridades brasileiras.

Ministros do Supremo foram traídos pelos áulicos, com seus enganadores aplausos na mídia

e nos auditórios; mais realistas foram os críticos. Houve até próximos, mostrando o caminho, como Marco Aurélio, Fux, André Mendonça. Não quiseram o caminho da mais inteligente das virtudes, a humildade que, na hipótese mais branda, indicaria anular o inquérito que começou sem Ministério Público e já tem seis anos, e mandar os do 8 de janeiro para a primeira instância, onde ações criminosas podem ser individualizadas, e aplicar a devida punição aos que vandalizaram o patrimônio público. Danos colaterais: a Magnitsky, em Moraes, pode arrastar seus apoiadores

no Supremo. E, nas ruas, o grito “Fora Moraes” levou de reboque o “Fora Lula”. Agora, Moraes avançou mais um passo, com a prisão domiciliar de Bolsonaro; pode provocar mais passos da Lei Magnitsky sobre seus apoiadores no Supremo.

A Lei Magnitsky não vai corrigir a crise de erros institucionais, porque isso cabe aos brasileiros; mas sacudiu de tal forma as responsabilidades e os brios, que até o medo imposto pelas prisões políticas foi varrido pelo vento norte e o povo saiu às ruas no domingo em quase todas as cidades brasileiras.